

NOTA DE ADMISSIBILIDADE

[Para efeitos de despacho do Senhor Presidente da Assembleia da República, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º do Regimento]

Forma da iniciativa:	Projeto de Lei
Nº da iniciativa/LEG/sessão:	<u>440/XV/1.ª</u>
Proponente/s:	Deputado Único Representante do Partido Livre (L)
Título:	Direito ao Saneamento Básico
A iniciativa pode envolver, no ano económico em curso, aumento das despesas ou diminuição das receitas previstas no Orçamento do Estado (n.º 2 do artigo 167.º da CRP e n.º 2 do artigo 120.º do RAR)?	Não, ainda que da sua aplicação possa resultar um aumento das despesas previstas, o disposto no artigo 6.º (Regulamentação) acautela o princípio constitucional da “lei-travão”, ao prever a regulamentação da lei, pelo Governo
A iniciativa respeita o limite de não renovação na mesma sessão legislativa (n.º 4 do artigo 167.º da CRP e n.º 3 do artigo 120.º do RAR)?	Sim
O proponente junta ficha de avaliação prévia de impacto de género (deliberação da CL e Lei n.º 4/2018, de 9 de fevereiro)?	Sim
Justifica-se a audição dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas (artigo 142.º do RAR, para efeitos do n.º 2 do artigo 229.º da CRP)?	Parece justificar-se
A iniciativa foi agendada pela CL ou tem pedido de arrastamento?	Sim, tem pedido de arrastamento ao Projeto de Lei 140/XV/1ª (BE)
Comissão competente em razão da matéria e eventuais conexões:	Comissão de Ambiente e Energia (11.ª)
Conclusão: A apresentação desta iniciativa parece cumprir os requisitos formais de admissibilidade previstos na Constituição e no Regimento da Assembleia da República.	

Data: 19 de dezembro de 2022

O assessor parlamentar,

António Almeida Santos (ext. 11437)